FORUM 9/10, 1991, Pág. 45-69

APONTAMENTOS SOBRE COMPONENTES ESTRUTURAIS DA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO

JUSTINO PEREIRA DE MAGALHÃES

0. O principal objectivo deste estudo é metodológico, embora contenha informações de tipo substantivo. Intenta-se a aplicação de uma instrumentalização analítica, quanto-qualitativa, que aborde a complexidade do fenómeno da alfabetização, dimensionando-o, inscrevendo-o em contextos espaço-culturais e permitindo uma aproximação diferenciada aos comportamentos dos grupos sociais, em análise.

Tomada a dimensão secular da superação do Antigo Regime (meados do Século XVIII – meados/3.º quartel do XIX), a combinatória sexo/grau de urbanidade revela-se uma componente estruturalmente determinante do fenómeno de alfabetização.

Tendo elaborado este trabalho como investigador do Centro de Estudos Educacionais e Desenvolvimento Comunitário da Universidade do Minho, agradeço o apoio altamente qualificado que me facultou o seu Director Óscar Serafini, sem que pretenda envolvê-lo nas eventuais falhas cometidas pelo autor.

1. Uma preocupação central da História da Alfabetização em Portugal, é encontrar explicação para o arrastamento pela Contemporaneidade de elevadas taxas de analfabetismo, quando comparadas com as dos Países do

Norte da Europa e mesmo com as dos Países Mediterrânicos cujas características históricas são análogas às portuguesas. Esta questão coloca-se desde logo pela relação que tende a estabelecer-se entre as melhorias instrucionais e o desenvolvimento económico, como um dos pressupostos fundamentais da superação do "Antigo Regime". Neste contexto, as melhorias no âmbito da instrução compreendem as dimensões de alargamento dos níveis básicos de escolarização ao total da população e de aprofundamento nos domínios do saber, com relevo para o saber aplicado.

Tal comparação, contém estímulos acrescidos, quando desenvolvida em torno de determinados movimentos e/ou de determindados períodos históricos. De forma necessariamente abreviada, constata-se que a fase final do Século XIX e o início do Século XX delimitam um período de acentuada distanciação face aos avanços dos Países Mediterrânicos, nomeadamente Espanha e Itália. Pode afirmar-se que a não operacionalização de transformações profundas no que concerne à instrução, em si própria, e às relações da mesma com o desenvolvimento económico e social, nomeadamente através do ensino profissional, determina a gradual distanciação a que se fez referência.

Se, por meados do Século XIX, a taxa de analfabetismo em Portugal e Sul da Europa é de cerca de 80%, para uma taxa inferior a 30% nos Países do Norte, já em vésperas da Primeira Guerra Mundial, a taxa de analfabetismo em Espanha havia baixado para 50%, mantendo-se, em Portugal, em níveis superiores a 70% [1].

Apesar das medidas adoptadas pelos organismos centrais e regionais, só a partir de meados do Século XX, se tornou verdadeiramente significativa a superação deste índices, muito embora, mantendo-se na actualidade ainda acima dos 15%.

2. Ao paralelo com os atrasos no desenvolvimento económico e social, associa-se frequentemente a comparação com os baixos índices de frequência escolar, dada a analogia no desenvolvimento das duas realidades. Também neste aspecto, se, por meados do Século XIX, Portugal ainda se enquadra nos Países da Europa do Sul, com índices de escolarização, já então, bem mais baixos que os dos Países da Europa de Norte, o distanciamento de Portugal acentua-se, pois que, "em termos genéricos, no final da República, 2 em cada 3 crianças portuguesas não cumprem a escolaridade obrigatória" [2]. Na transição para o Século XX, os Países da Europa desenvolvida tinham a sua população em idade escolar inteiramente escolarizada.

Tem pois constituído importante preocupação explicar a não frequência escolar. "Num país dominado pelo analfabetismo a escola não é sentida como uma necessidade, nem sequer como um progresso. A não ser para algumas camadas pequeno-burguesas, a escola ainda não constitui uma via privilegiada de promoção social. Pelo contrário, é corrente que as comunidades a vejam como uma imposição, como uma violência inútil" [3].

Todavia se esta questão merece a reflexão de muitos investigadores, a

complexidade das razões de tal situação não obsta a que com alguma lógica se continue a indagar da legitimidade de fazer corresponder as taxas de não frequência – relutância à escola – a taxas de analfabetismo. Como se a relutância à Escola traduzisse relutância à alfabetização, sobretudo se por este conceito se entende leitura e escrita, ou quiçá só leitura.

a) Os factores de ordem ideológica têm sido apontados como causa significativa da não frequência escolar – com efeito, desde a formação dos sistemas público-estatais de Instrução que a escola se apresenta às populações fortemente envolvida nos aparelhos de poder, quer porque profundamente ligada aos estratos dominantes no plano local, quer porque enleada nos meandros do poder central. Embora com altos e baixos, esta constatação é verdadeira no caso português, para a segunda metade so Século XIX, prolongando-se pelo Século XX [4].

b) Decorrente, em parte de factores ideológicos e, em parte, de uma oposição entre "cultura popular" e "cultura erudita", têm-se referenciado uma certa ruptura entre o quotidiano da generalidade das populações e a cultura escolar. No início do Século XX, Adolfo Coelho, percepcionando a questão e procurando compreender tal desfuncionamento a partir de uma óptica cultural, demonstrava a não oposição de comportamentos racionais do homem escolarizado ou não. Em seu entender, admitir uma maior eficácia na realização profissional e social do escolarizado, não pode traduzir-se em negar que "muitos factos attestam que indivíduos analphabetos souberam e sabem dirigir-se na vida pratica, em negocios por vezes muitos complicados da nossa cultura occidental" [5].

   Sabe-se hoje todavia que a instrumentalização do pensamento humano tem enormes reflexos na maneira de pensar e, por consequência, também na maneira de agir. A alfabetização contém profundas implicações antropológicas [6].

c) Relativamente à população feminina, só tardiamente alfabetizada, não pode deixar de continuar a considerar-se um factor sócio-pedagógico que, também ele marcado por uma dimensão ideológica, se traduz pelo receio dos pais e outros educadores em que a jovem e a mulher usem livremente a capacidade de escrever – é um meio de comunicação que escapa ao control social, podendo ela corresponder-se à rebelia dos educadores. O mesmo já então se não verifica com a capacidade de leitura.

d) Ponderada num contexto de desigualdade de oportunidades resultante, quer de factores estruturais, quer de factores conjunturais, sejam estes sociais, culturais, económicos ou outros, desenvolve-se uma outra observação genérica tendente a mostrar que comportamentos humanos como o da reivindicação de igualdade de oportunidades, e/ /ou do tratamento diferenciado, comportamento como o de relutância à leitura, (e o mesmo se passa com o seu contrário), encarados a partir

de ópticas individuais ou grupais, estão profundamente marcados por estratégias reprodutivas. Assim a procura da escola, tende a aumentar uma vez obtidos os níveis básicos de alfabetização [7].

3. Um segundo conjunto de factores com que se intenta compreender e explicar os atrasos na alfabetização, resultam da inscrição, dos elementos estatísticos na geografia física e humana do território português e da diferenciação de contextos culturais, em maior ou menor coincidência com aquela. Esta abordagem metodológica ganha legitimidade no âmbito do paradigma designado de "vulgarização cultural".

O primeiro grande princípio deste paradigma é o da não oposição entre as designadas "cultura popular" e "cultura erudita". Daqui decorrem conjuntos de pesquisas e de reflexões tendentes, não apenas a estabelecer níveis de diferenciação-aproximação, mas também explicar a dinâmica histórica que lhe subjaz.

Um segundo princípio é a admissão da existência em simultâneo de "culturas" diferenciadas, numa mesma realidade histórica, definida esta, ou em termos civilizacionais, ou de nacionalidade. Assim se abre o caminho para uma compreensão dos grandes movimentos culturais em termos de meios, estratégias e fins, com toda a diversidade de cambiantes que envolve, por um lado, e, por outro, se esbatem as visões monolíticas, centradas que sejam em torno dos meios, das estratégias e/ou dos fins, ou ainda dos agentes culturais.

Um terceiro princípio é o da interpenetração cultural de que decorre a necessidade de compreender, não apenas a relação multidireccional dos vectores culturais em jogo, como ainda as múltiplas dimensões dos contextos, observadas estrutural e conjunturalmente, e a caracterização em termos de dinâmica interactiva dos "sujeitos históricos".

a) Já se notou que, "através das percentagens de homens e de mulheres que em 1878 ou em 1890 declararam, por ocasião dos recenseamentos, saber ler vislumbravam-se sem esforço os dois ou três Portugais dos geógrafos, etnólogos e historiadores" [8]. A norte da Cordilheira Central, com notória incidência nos concelhos dos distritos de Viana do Castelo e de Vila Real, a alfabetização masculina é mais elevada que a Sul – 32.8% para o Norte Atlântico e 26.4% para o Norte Interior (Vila Real, integrada no Norte Interior – transmontano, apresenta uma percentagem de alfabetizados masculinos, só superada por Lisboa, Viana do Castelo e Porto). A sul da Cordilheira Central, a percentagem de alfabetizados masculinos baixa para 21.5%, apesar de compreender o distrito de Lisboa, com 37.3%. Pelo contrário a população feminina apresenta-se mais alfabetizada a sul que a norte do rio Tejo. Com efeito, os percentuais relativos àquelas mesmas regiões são, respectivamente: 13.2%; 10.2%; 14.6%. (Mais uma vez, Vila Real se destaca com 16.5%, só superada por Lisboa e Porto. Não obstante, no que respeita, ao sexo feminino, a diferenciação-oposição funda-

mental gira em torno do eixo definido pelo Tejo – 10.4%, a norte e 14.6% a sul [9]. Serão os estilos de vida associados a um imemorial viver urbano que explicam este último contraste? Parece poder concordar-se que "a aparência de uma maior alfabetização das mulheres em paragens meridionais não surgiria, não fosse o caso de zonas urbanas terem um peso demográfico muito maior e assim influirem decisivamente nas médias concelhias e distritais" [10].

- Na contextualização e no desenvolvimento das "culturas de alfabetização", merecem ainda atenção os fenómenos fonéticos e os fenómenos lexicais. Enquanto os primeiros "só podem dever-se à permanência ou transferência de populações, os lexicais dependem muitos frequentemente de vagas civilizacionais" [11].
  Será apenas por coincidência que o eixo de diferenciação norte-sul para os alfabetizados masculinos é também a linha de fusão/separação v/b? Ou que o contraste litoral-interior (urbano-rural), se inscreva na resistência de certas áreas lexicais? [12]
- Por sobre e em concomitância com este contraste de sentido horizontal, quer alinhando na direcção norte-sul, quer na direcção oriente-ocidente, embora articulado com a cambiante urbano/rural, vêm inscrever-se no decurso dos dois últimos Séculos, diferenciações de sentido vertical, geradas por factores de riqueza, posicionamento social e exercício de determinadas funções. Ser proprietário, quer de bens fundiários, quer de bens móveis e auferir determinado rendimento, são condições que, à partida garantem um nível básico de alfabetização [13].
- Não há alfabetização em sentido abstrato, alfabetizar envolve finalidades e meios, pelo que, decorre inserida em contextos determinados, quer estes se definam por um vector ambiental, cultural, social ou ideológico. Um processo pedagógico desta natureza comporta ainda níveis de realização, relações de procura-oferta, interacções complexas. A via metodológica de aproximação ao conhecimento desta complexidade passa pela definição de níveis de alfabetização, em função de matrizes diferenciadas, conforme a natureza dos indicadores. Assim poder-se-á admitir uma matriz pedagógico-didáctica cuja dimensão fundamental assente numa escala de desempenho gráfico. De igual modo se admitem matrizes de desempenho profissional, matrizes de desempenho administrativo, religioso, militar, político ou outro que tenham subjacentes, quer uma dimensão instrucional, quer uma dimensão alfabeto-numérica.
- O Censo de 1890, diversamente do que se havia feito antes e do que se veio a fazer posteriormente, contém uma significativa diferenciação entre dois níveis básicos de alfabetização: saber ler, saber ler e escrever. Esta distinção envolve implicações, quer a montante, quer a jusante do processo instrucional, quer ainda implicações intrínsecas

ao processo alfabetizador. Aliás, o próprio *Censo* fica ligado a um período de intensa reflexão, quer sobre o fenómeno de analfabetismo, quer sobre a própria vertente da alfabetização. No plano aplicado, são diversas as iniciativas de então, quer respeitem mais a preocupações de carácter metodológico, quer indo mais de encontro a uma dimensão de carácter funcional que envolva definição prévia de universos populacionais a alfabetizar, sejam sócio-culturais, sejam sócio-profissionais.

3.1. Considerem-se um pouco mais os vários factores enunciados: sexo, grau de urbanização, dimensão populacional, nível de alfabetização.

A escala de alfabetização, proposta no referido *Censo*, assenta na distinção fundamental entre ler e escrever, havendo por conseguinte alfabetizados que apenas dispõem da capacidade de leitura, também designados de semi-alfabetizados. Analisando os dados numéricos ali contidos, referentes ao continente e ilhas constata-se que o sexo feminino apresenta percentagens mais baixas de alfabetização, – uma média percentual de 14.0, contra 28.1 do sexo masculino – enquanto, por outro lado, apresenta taxas mais elevadas na combinatória entre semi-alfabetizadas/alfabetizados – 13.8%, contra 8.7% para o sexo masculino. A variação de percentagens para o sexo masculino é entre 15.4 e 5.5; enquanto para o sexo feminino a variação é entre 21.7 e 8.6%, tendo como referentes as várias capitais de distrito.

Também a ordenação dos distritos apresenta alguma divergência, com excepção dos três primeiros, partindo da taxa mais elevada. Assim para o sexo masculino: Santarém, Castelo Branco, Leiria, Guarda, Bragança, Coimbra, Beja, Vila Real, Aveiro, Lisboa, Portalegre, Porto, Braga, Évora, Faro, Viseu, Viana do Castelo. Para o sexo feminino: Santarém, Castelo Branco, Leiria, Vila Real, Bragança, Guarda, Braga, Viana e Aveiro, Faro, Porto, Coimbra, Beja, Lisboa, Portalegre, Évora, Viseu.

Será que o factor urbanização explica esta diferença de comportamentos entre o sexo feminino e o sexo masculino? Serão razões de carácter ideológico que levam as populações a reduzirem as capacidades de desempenho da mulher, fixando a sua lafabetização na leitura e, quando muito na assinatura do seu nome? [14]

Uma conclusão é desde já possível. Estando, no processo de escolarização, por regra, interligadas as dimensões de ler e escrever, mesmo se sequenciadas, como sucedeu com o *Método de António Feliciano de Castilho*, é legítimo concluir que, sobretudo, no que respeita à alfabetização da mulher, há diferentes processos instrucionais em funcionamento. Se assim é, será legítimo admitir não um mas diversos móbeis para a alfabetização? Se a Escola veio antes de mais disciplinar a leitura, desde quando e através de que meios lêem as populações, sobretudo a população feminina?

Pode intentar-se no entanto uma outra aproximação na resposta a estas questões.

3.2. Retomando as informações colhidas no Censo de 1890, calcularam-se as percentagens por distrito, no quadro nacional relativas às seguintes variáveis: 1 – população residente; 2 – população urbana (compreendendo a que reside nas cidades e nas vilas-capitais do concelho); 3 – população rural; 4 – população alfabetizada (incluindo os níveis de leitura e de leitura e escrita - leitor + leitor/escrevente); 5 – homens alfabetizados; 6 – mulheres alfabetizadas; 7 – leitores; 8 – homens leitores; 9 – mulheres leitoras.

Uma vez calculadas estas percentagens, solicitaram-se ao computador os coeficientes de correlação entre as diversas variáveis, obtendo-se a seguinte matriz.

Matriz de coeficientes de correlação

	1-pt	2-pu	3-pr	4-palf	5-half	6-malf	7-pleit	8-hleit	9-mleit
1	1.00	.79	.81	.92	.96	.82	.87	.94	.74
2	.79	1.00	.29	.92	.85	.96	.90	.84	.89
3	.81	.29	1.00	.57	.70	.37	.50	.66	.31
4	.92	.92	.57	1.00	.98	.97	.97	.95	.91
5	.96	.85	.70	.98	1.00	.91	.93	.96	.84
6	.82	.96	.37	.97	.91	1.00	.96	.89	.96
7	.87	.90	.50	.97	.93	.96	1.00	.96	.97
8	.94	.84	.66	.95	.96	.89	.96	1.00	.86
9	.74	.89	.31	.91	.84	.96	.97	.86	1.00

Observando rapidamente a matriz verifica-se que os coeficientes se podem organizar em três secções, tomando-os pela sua grandeza: um primeiro grupo que recai entre .85-1.00; um segundo grupo entre 0.70-0.84; um terceiro grupo para grandezas inferiores. Quanto aos dois primeiros grupos, pode dizer-se que a dependência está razoavelmente explicada, sem que se possam neutralizar no entanto as diferenças constatadas. O mesmo se não pode afirmar relativamente aos coeficientes agrupados na terceira secção.

Para as questões que agora nos ocupam importa sobretudo a correlação que se estabelece, tomando a alfabetização como variável dependente. Podem assim estabelecer-se as seguintes conclusões:

1 – a dimensão demográfica, em termos de população relativa, tem reflexos muito significativos na alfabetização (r=.92), embora dependa dela mais a alfabetização dos homens (r=.96) que a alfabetização das mulheres (r=.82);

2 – o factor urbanismo condiciona razoavelmente o fenómeno de alfabetização (r=.92, embora a sua influência seja mais vincada

sobre o comportamento do sexo feminino (r=.96) que sobre o sexo masculino (r=.85);

3 – a variável demográfica, em termos de população relativa, é mais significativa na explicação do fenómeno do homem-leitor (r=.94), que da mulher-leitora (r=.74), embora tenha um peso razoável em ambos os casos (r=.87);

4 – são sobretudo factores de urbanidade que geram a mulher leitora (r=.89) – podendo aduzir-se casos como o da Régua, com um grande movimento de periódicos em finais do Século passado.

Já se referiram os critérios que permitiram aos responsáveis pelo *Censo* distinguir os mundos rural e urbano. Poderão não ser os que mais se adequam ao conhecimento do fenómeno de alfabetização. Uma segunda limitação destas conclusões resulta do facto de não serem comparadas com observações longitudinais. Não obstante, associando como se associa a escola à urbanização, ao menos desde a intervenção pombalina, os dois fenómenos estão naturalmente interligados. Há contudo reservas a estabelecer, como sejam as que se prendem a uma relativa representatividade dos alfabetizados-leitores.

Torna-se de igual modo necessário, entre outros aspectos, redefinir os factores que se apresentam como determinantes, estabelecendo critérios de aproximação-diferenciação, quer a partir de dimensões sócio-profissionais, quer a partir das dimensões culturais.

4. As diversas reflexões ora apresentadas, têm como suporte informativo principal o *Censo de 1890*, tomando por referentes vários estudos, o mais recente dos quais: *Culturas de alfabetização e culturas do analfabetismo em Português em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo* [15]. A informação substantiva foi reduzida ao mínimo indispensável para dar corpo às questões metodológicas agora esboçadas, apresentado de forma abreviada as dimensões (facetas) do problema. O principal objectivo desta abordagem é introduzir uma perspectiva metodológica que permita uma aproximação à complexidade dos fenómenos e movimentos de alfabetização, quer quanto à dinâmica processual, quer quanto à contextualização, quer ainda no que respeita à acção do sujeito histórico.

É o que se apresenta na sequência, tendo como suporte dois estudos publicados na obra colectiva *Alfabetización y Educación de Adultos em Murcia. Pasado, Presente y Futuro*, editada por Pedro Luis Moreno e A. Viñao, Professores na Universidade de Múrcia [16]. Mais concretamente, apresentam-se os referidos estudos, ensaiando um contributo metodológico que permita um aprofundamento no tratamento das informações ali contidas.

5. Nas últimas décadas tem-se assistido a uma multiplicação de estudos de História da Alfabetização, muito embora sejam muito recentes os ensaios com carácter global e sistemático sobre a Península Ibérica, nomeadamente para Espanha. A principal fonte que vem sendo utilizada são os testamentos

cujas informações se cruzam com outros testemunhos coetâneos, sejam contratos de arrendamento, sejam arrolamentos diversos. Por indicador de alfabetização toma-se a assinatura cujo traço é submetido a uma escala de níveis quanto à técnica de execução.

Todavia se o investigador visa uma aproximação à complexidade do fenómeno alfabetizador, na sua multidimensionalidade, na articulação de planos sincrónico, diacrónico, global e diferenciado, aproximando-se às diversidades espácio-temporais e sócio-culturais, a delicada e trabalhosa tarefa de contabilizar e seriar as assinaturas, não é senão uma parte de um amplo e complexo processo de investigação. Com frequência, as conclusões destes estudos se orientam pela comparação dos resultados com os de outros países ou regiões.

6. É já vasto o contributo dos mencionados autores para o avanço do conhecimento nesta matéria, com relevo para a produção científica de Viñao Frago de há anos a esta parte.

Nas suas linhas gerais, os dois estudos ora apresentados, para além de importantes enquadramentos teóricos, contém séries diacrónicas de assinantes, por sectores sócio-profissionais e esboçam hipóteses explicativas que procuram conciliar a diversidade cultural com a matriz uniformizante do movimento alfabetizador. Os assinantes estudados são sobretudo testamentários e indivíduos ligados à agricultura, quer o façam como proprietários, quer como arrendatários.

Já antes se fez referência ao cuidado com que os historiadores vêm fazendo analogias entre o processo de escolarização e o processo da alfabetização. De facto, os ensejos de encetar uma História de Alfabetização, por uma via epistémica paralela à da Escolarização, não vem surtindo o efeito desejado. Pois que, assinala Viñao Frago, considerar como factores fundamentais da alfabetização os "derivados del tipo de actividad familiar o productiva, de la función social de la lectura y escritura, de su uso y desuso, de las presiones y ambiente social que las motivan, delibitan o ahogan" [17] é integrar o fenómeno alfabetizador num amplo processo social cujos pressupostos e cambiantes não se confinam aos da escolarização. Não apenas questões relativas aos móbeis e aos métodos, mas também questões como a da idade das aprendizagens da leitura e da escrita, bem como do seu reforço no decurso da vida, revestem-se de características distintas, num e noutro fenómeno.

Tais diferenciações não dizem apenas respeito aos sujeitos, aos processos e aos contextos, também a informação de que dispõe o historiador acerca de um e outro fenómeno é distinta, no que respeita à quantidade e à natureza dos dados disponíveis. Várias são portanto as razões que apontam para que a metodologia a utilizar se revista de alguma especificidade.

7. O contributo desta pequena resenha de leitura vai nesse sentido, reabrindo a problematização das referidas séries temporais de assinantes, a partir de uma instrumentalização analítica quanto qualitativa cuja tónica é uma aproximação às invariantes situacionais. Este procedimento faz parte de uma

perspectiva metodológica quanto qualitativa com aplicação às Ciências Humanas e Sociais, incluindo as Ciências da Educação. Admitidas, em casos como o vertente, certas permanências de contextualidade e analisadas as combinatórias mais complexas, é possível conhecer com relativa proximidade, o evoluir de outras dimensões do fenómeno, incluindo em se tratando de sujeitos (entes), uma reconstrução do seu comportamento ao longo de determinado período.

Uma abordagem deste tipo ajusta-se às características processuais do objecto, já que:

a) possibilita a construção do "sujeito histórico", enquanto agente no desenvolvimento do fenómeno – questão fundamental, uma vez que o processo alfabetizador é em última instância um processo pedagógico, onde a vertente informativa não pode alhear-se da vertente antropológica;
b) faculta a complementaridade entre estudos denotadamente diferenciados e estudos comparados;
c) permite o encontro de análises orientadas sobre a dimensão horizontal e análises diferenciadas, orientadas para a compreensão de níveis e factores de estratificação;
d) enferma um discurso histórico que dê testemunho da complexidade das forças em jogo, a cada momento, sem descurar a longa duração – visa articular mudança e permanência.

8. Como ponto de partida é necessário explicitar de forma operacional, quatro conceitos operacionais: perfil, dimensão, coeficiente de congruência, coeficiente de similaridade configuracional.

O *perfil* é a descrição de um sujeito, de uma instituição e/ou de um ente social, em termos de várias *dimensões*, "consideradas em forma simultânea, relacionadas funcionalmente y que adaptam valores de una mesma escala" (13). Deste modo, o perfil de um sujeito pode constituir-se, tomando por dimensões, marcos de evolução no tempo, traduzidos por indicadores numéricos do posicionamento evolutivo numa escala – referencial numérico.

Uma vez obtido este – perfil obtido – pode ensaiar-se uma primeira estratégia de optimização do conhecimento sobre o comportamento evolutivo do "sujeito histórico" em análise, gerando um perfil normativo, paralelo àquele, onde se tomem por dimensões os valores máximos da escala – *perfil esperado*. A correlação destes dois perfis traduz-se num *coeficiente de congruência* – ficando assim sob medida os desvios e as semelhanças de configuração entre os dois perfis, após o que são possíveis comparações de comportamento entre vários sujeitos, no mesmo período em regiões diferentes, na mesma região em períodos diferentes.

Obtidos os coeficientes, ou de diversos sujeitos numa mesma região e num mesmo período, ou do mesmo sujeito em momentos e locais distintos, podem estruturar-se *matrizes de congruência*, visando corresponder a situações

problemáticas diferenciadas, quer no âmbito de uma *frase configurativa* previamente definida, quer em quadros hipotéticos mais vastos. Fica assim facultada uma aproximação ao conhecimento histórico dos comportamentos do sujeito(s), problematizando, em função de variações de contextos, ou de informações obtidas em fontes diversas.

Divisa-se como consequência um ponto avançado do conhecimento histórico sobre um ou vários fenómenos subjacentes, dada a cognoscência das permanências e das mudanças estruturais, iluminada pela observação dos movimentos de constelações de variáveis, correlatos do comportamento de um grupo social ou de um ente histórico.

Também os perfis de congruência permitem os estudos comparativos de comportamentos de diversos sujeitos.

Todavia é também possível comparar os perfis dos sujeitos ou entes sociais ou institucionais que compartilham coetaneamente um mesmo contexto ambiental e/ou sócio-cultural. Esta comparação horizontal opera-se através do coeficiente de similaridade configuracional, calculando-se para cada uma das dimensões o grau de correspondência entre os valores altos e baixos de dois perfis obtidos. Torna-se deste modo possível comparar os comportamentos dos "diferentes sujeitos históricos" que compartilham coetaneamente um mesmo contexto ambiental e sócio-cultural.

9. Ordenando lógica e sequencialmente as várias facetas desta pesquisa, obtém-se uma frase configurativa. A frase assim obtida é o referente metodológico fundamental para a construção de hipóteses e problematização, sendo, por consequência um factor estruturante no discurso final.

Em conformidade com os dois estudos em análise, esboça-se uma frase configurativa constituída pelas seguintes facetas: tipo de análise, critério, marca pessoal, fonte de informação, contextos 1 e 2. O tipo de análise consiste no cálculo dos coeficientes de congruência e de similaridade configuracional, aquele entre as dimensões dos perfis obtidos, e dos perfis esperados (neste caso trata-se de séries temporais), este entre as respectivas dimensões de cada grupo de assinantes (valores/padrões obtidos e esperados – critério), relativos a sujeitos masculinos ou femininos (marca pessoal), a partir e em conformidade com os dados obtidos em testamentos, contratos ou declarações (fonte e instrumento de verificação), provenientes da cidade, huerta e campo (contexto 1) e relativos a comunidades humanas grandes ou pequenas (contexto 2), variando a amplitude nos termos do tipo de análise entre a alta e baixa congruência, ou alta e baixa similaridade configuracional (amplitude).

De forma esquemática o que acaba de dizer-se pode apresentar-se numa Frase Configurativa.

10. Ciência do conhecimento das acções humanas no passado, a História ganha com abordagens epistemológicas desta natureza que, engendrando um vaivém metodológico em espiral entre os constructos cognoscitivos e a

percepção do real, visam, em última instância, construir enunciados gerais.

A primeira conclusão que A. Viñao retira do estudo do comportamento dos testadores de Múrcia quanto à capacidade de assinar, ao longo de cem anos de observação, é que "residir en la ciudad y pertenecer al sexo masculino asseguran un quasi probable dominio de la firma. En las antípodas, vivir en la huerta o en el campo y pertenecer al sexo femenino son circunstancias que garantizan, con muy escasas excepciones, que no se sabe firmar" [19].

Frase Configurativa

A { TIPO DE ANÁLISE: congruência / similaridade } dos perfis em relação a { B CRITÉRIO: valores ideais / valores reais } de grupos

de assinantes { C MARCA PESSOAL: masculinos / femininos } observados em { D FONTE/INSTRUMENTO: testamentos / contratos / declarações } provenientes

de { E CONTEXTO 1: cidade / huerta / campo } relativos a comunidades { F CONTEXTO 2: grandes / pequenas } → (variando de)

{ G AMPLITUDE: alta / a / baixa } nos termos dos elementos de A.

(**Obs.** – Tomam-se como (padrões) valores ideais os níveis máximos de realização possível na referida escala; os (padrões) valores reais são os obtidos na observação).

Uma segunda conclusão é que o sexo não se revela tão determinante como o factor urbano – conclusão que parece comprometida quando se observam espaços urbanos de pequena/média dimensão.

A metodologia ora apresentada permite um reforço das conclusões do autor, no que respeita ao significado dos princípios/factores – sexo e urbanização – no processo de alfabetização e prolonga o sentido de busca até a inferência de invariáveis estruturais que enformam o fenómeno da alfabetização. É o que se obtém procurando resposta para questões como as seguintes.

a) Será que tais factores (sexo e urbanização), seleccionados como descritivo (e/ou condicionantes) do processo de alfabetização, neste contexto espácio-temporal, são de facto significativos? Serão mesmo determinantes?
b) Interectuam numa única e determinada direcção?
c) As distâncias entre os perfis formam alguma estrutura identificável, permitindo a inferência de quais as combinatórias mais ou menos favoráveis no processo de alfabetização?
d) Será esta estrutura invariante em diferentes contextos e exercícios/desempenhos da comunicação escrita: testar, testemunhar, protocolar, denunciar, reclamar, aclamar?

11. Para responder a estas questões trabalharam-se as percentagens relativas aos assinantes, elaboradas pelos autores por períodos sucessivos de observação de vinte anos, entre (1759/60) e 1859/60). Um total de seis registos de observação – seis dimensões. Quer os testadores/assinantes de Múrcia, quer os testadores/assinantes de Lorca surgem agrupados em seis categorias, que traduzem uma combinatória entre a zona de residência e o sexo: CiM – cidade/masculino; CiF – cidade/femenino; HuM – huerta/masculino; HuF – huerta/femenino; CaM – campo/masculino; CaF – campo/femenino. Os valores registados apresentam-se nos dois Quadros 1 e 2.

Estes valores percentuais podem organizar-se em perfis de assinantes, obtendo-se tantos perfis quantas as categorias anteriormente definidas pela combinatória: grau de urbanização/sexo. Estes perfis são constituídos por seis dimensões que correspondem aos valores percentuais obtidos em cada registo de obervação. (Anexo 1)

QUADRO 1

Valores percentuais relativos aos testadores/assinantes de Múrcia [20]

Observ.	CiM %	HuM %	CaM %	CiF %	HuF %	CaF %
1759-60	82.3	40.7	50.0	34.1	04.2	05.0
1779-80	88.6	40.5	45.8	25.5	01.3	13.6
1799-00	82.2	42.6	35.0	32.9	02.6	04.8
1819-20	90.5	48.0	67.7	52.2	06.7	21.2
1839-40	93.5	51.0	54.5	61.8	14.0	23.4
1859-60	92.8	56.6	49.0	59.2	06.0	13.0

QUADRO 2

Valores percentuais relativos aos testadores/assinantes de Lorca [21]

Observ.	CiM %	HuM %	CaM %	CiF %	HuF %	CaF %
1759-60	53.2	16.7	23.8	15.3	0	0
1779-80	52.2	17.6	21.4	16.1	0	0
1799-00	58.8	30.0	31.8	16.7	0	0
1819-20	70.7	10.0	38.1	33.0	0	0
1839-40	60.5	25.0	34.1	35.1	0	08.0
1859-60	71.4	31.6	19.6	28.6	0	0

11.1. Coeficientes de congruência relativos aos testadores/assinantes de Múrcia (Coeficiente "C" de Serafini):

$$C = 1 - \frac{D_{on}}{D_{max}}$$

onde: $D_{on} = [E_i(X_{oi} - X_{ni})^2]^{1/2}$ (distância da observação à norma)

onde: $D_{max} = [E_i(X_{mini} - X_{ni})^2]^{1/2}$ (distância entre o valor mínimo da escala e o valor normativo)

i=1,2,3, ... p=n.º de dimensões do perfil (neste caso particular, as dimensões são constituídas pelos registos de observação em cada vinte anos).

Feitos os cálculos, obtém-se os seguintes *coeficientes de congruência* que traduzem as distâncias entre os valores observados (valores reais) e os valores normativos (valores ideais) – admitindo por conseguinte a hipótese de qualquer dos grupos observados poder atingir uma percentagem de 100% de alfabetizados.

C_{1n}=0.87
C_{2n}=0.47
C_{3n}=0.49
C_{4n}=0.43
C_{5n}=0.06
C_{6n}=0.13

Comparando as grandezas dos coeficientes obtidos, verifica-se que é o grupo constituído pelos homens da cidade (CiM – C1n) que apresenta maior congruência; ou seja, este é o grupo que está mais perto de uma alfabetização total.

Em contrapartida, é entre as mulheres da "huerta" que tal hipótese se revela mais remota.

Entre a grandeza mais elevada e a mais reduzida, há uma ordem decrescente de valores, o que traduz uma invariante estrutural – conclusão não previsível à primeira observação e que deixa alguma dificuldade no posicionamento dos grupos observados na "huerta".

11.2. Para uma melhor percepção das relação entre os vários grupos de alfabetizados, calcularam-se os *coeficientes de congruência entre os perfis reais*. Medindo assim as respectivas distâncias entre os diversos perfis, obteve-se a seguinte matriz.

Matriz de Coeficientes de Congruência entre os Grupos de Testadores/ Assinantes de Múrcia $C_{12} = [1-(0.87-0.47)]^2$

(...)

	CiM	HuM	CaM	CiF	HuF	CaF
CiM	1.00	0.36	0.38	0.31	0.04	0.13
HuM		1.00	0.96	0.92	0.35	0.44
CaM			1.00	0.88	0.32	0.41
CiF				1.00	0.40	0.49
HuF					1.00	0.86
CaF						1.00

Observando a matriz, é notória a diversidade de comportamento entre os "homens/cidade" (CiM) e os restantes grupos.

Há uma grande proximidade entre os grupos: "homens da huerta" (HuM) e "mulheres/cidade" (CiF). Também relativamente próximos se posicionam os grupos: "homens/campo" (CaM) e "mulheres/huerta" (HuF).

Verifica-se que a matriz obtida apresenta uma sequência decrescente no sentido da esquerda para a direita, com excepção de "homens/huerta" (HuM) e "mulheres/huerta" (HuF). Se ensaiarmos uma transposição destes valores, obteremos uma nova matriz.

11.3. A fim de obter uma matriz ordenada no sentido decrescente da esquerda para a direita, operou-se uma permuta no posicionamento dos valores cujo comportamento relativo se afigura excepcional.

Esta rotação permitiu obter uma estrutura de sentido uniforme, diminuindo da esquerda para a direita. Uma estrutura deste tipo designa-se de Simplex, uma vez que, a partir da diagonal principal todos os valores descem até o extremo superior direito e/ou inferior esquerdo. A unidimensionalidade desta estrutura *informa e comprova que os princípios/factores sexo e grau de urbanismo apontam de facto no mesmo sentido*, tomados como condicionantes do fenómeno de alfabetização. Não há no entanto uma correspondência entre o grau de urbanização e o grau de alfabetização com referência aos dois sexos.

Matriz de Congruência entre os grupos Testadores/Assinantes de Múrcia após Permuta de Valores

	CiM	CaM	HuM	CiF	CaF	HuF
CiM	1.00	0.38	0.36	0.31	0.06	0.04
CaM		1.00	0.96	0.88	0.41	0.32
HuM			1.00	0.92	0.44	0.35
CiF				1.00	0.49	0.40
CaF					1.00	0.86
HuF						1.00

Deste modo, todos os coeficientes de matriz, ou seja as distâncias entre os "sujeitos", podem ser representados na mesma linha recta. Vejamos o caso de Lorca, cidade bem mais pequena.

12. Retomando os valores percentuais do Quadro 2, calculam-se os Coeficientes dos Testadores/Assinantes de Lorca, medindo as *distâncias entre perfis reais e perfis normativos*, no pressuposto que qualquer dos grupos obser-

vados poderia apresentar-se globalmente alfabetizado. Dos cálculos, obtém-se os seguintes coeficientes.

C_{1n}=0.61
C_{2n}=0.21
C_{3n}=0.29
C_{4n}=0.24
C_{5n}=0.00
C_{6n}=0.01

Comparando as grandezas destes coeficientes, verifica-se, uma vez mais, que o comportamento do grupo constituído pelos homens da cidade (CiM--C1n) é o que mais se aproxima de uma alfabetização total, embora mais remotamente que o grupo homónimo de Múrcia.

Os coeficientes dos grupos constituídos pelos homens do campo (CaM), pelas mulheres da cidade (CiF) e pelos homens da "huerta", todos eles bastante baixos, estão contudo próximos no que respeita às suas grandezas.

A alfabetização feminina é quase inexistente fora do espaço urbano. O comportamento do grupo de alfabetizados masculinos da "huerta" apresenta grande irregularidade. Aliás, em termos de grandeza vem mesmo depois do coeficiente relativo às mulheres urbanas.

Entre o coeficiente de grandeza mais elevado e o da grandeza mais baixo, há uma ordem decrescente de valores, verificando-se no entanto uma maior irregularidade que em Múrcia, no que se refere ao comportamento dos grupos da "huerta".

Para melhor esclarecimento das relações entre os perfis reais, calcularam--se os *coeficientes de congruência entre os diversos grupos observados*. À semelhança do que se revela necessário para Múrcia, permutou-se previamente o posicionamento de alguns valores.

12.1. A matriz obtida traduz as distâncias entre os coeficientes de congruência dos diversos grupos observados.

Matriz dos Coeficientes de Congruência dos Testadores/Assinantes de Lorca, após permuta de alguns valores

	CiM	CaM	HuM	CiF	CaF	HuF
CiM	1.00	0.45	0.36	0.40	0.16	
CaM		1.00	0.86	0.92	0.53	
HuM			1.00	0.94	0.64	
CiF				1.00	0.59	
CaF					1.00	
HuF						

Verifica-se que a estrutura obtida não é hierárquica, ou seja os valores que apresenta não decrescem de grandeza à medida que se afastam da diagonal central.

Há uma irregularidade no posicionamento dos grupos, relativamente ao que se verificou em Múrcia. Em Lorca, cidade mais pequena, é menos notória a presença da "huerta". Não parece contudo comprometida a dominância da combinatória estrutural sexo/grau de urbanismo, no que se refere ao fenómeno da alfabetização.

Conclusão idêntica parece poder aplicar-se a Portugal, como se verificou na pequena análise supra elaborada.

Actuando na mesma direcção e unificando-se em pontos de uma mesma recta, pode afirmar-se que os factores seleccionados são de facto determinantes para o fenómeno em estudo. A combinatória sexo/grau de urbanidade inscreve-se entre os fundamentos do fenómeno da alfabetização, tomado em toda a sua complexidade. Objectivos, cambiantes processuais e níveis de alfabetização, rítmos, interpenetrações culturais, em suma os próprios destinos dos "sujeitos", estão afectados por estes condicionalismos. Importa no entanto avaliar o grau de condicionamento.

Caracterizados os contextos, definida a finalidade e medido o comportamento dos "sujeitos", o instrumento agora aplicado faculta estudos comparativos; é uma via de inscrição criteriosa do estudo do fenómeno da alfabetização na história total; instrumentaliza os ensaios de periodização.

13. No desenvolvimento de estudos diferenciados, necessários para a compreensão das "culturas de alfabetização", não podem deixar de ser tidos em conta factores globais de estruturação, como os que agora se observam. Todavia, como se apresenta o grau de urbanização, ou melhor o grau de urbanidade, visto tratar-se de comportamentos especificamente humanos? Que escala e que indicadores? Quando a questão se colocou aos autores do Censo de 1890, entenderam, após várias reflexões que deixaram escritas, definir como urbanas as vilas capitais de concelho, visto nelas convergirem factores de civilização, hábitos, ocupações e lazeres, próprios da vida citadina. Viñao Frago e Pedro Luis, observaram que a colonização das áreas territoriais abrangidas pelo seu estudo se desenvolve, em linhas gerais, por anéis concêntricos, periféricos ao núcleo urbano; ordenação gradualmente comprometida pelas transformações históricas. Não obstante, para o período histórico abordado, o grau de diferenciação e de quase oposição foi notório, como melhor se comprova, calculando os *coeficientes de similaridade configuracional.*

Pode de facto tornar-se necessário saber se no transcurso do período em observação o comportamento dos sujeitos (grupos sócio-culturais) foi idêntico, ou se reagiram de forma diferenciada, conjuntural ou estruturalmente, aos mesmos condicionantes históricos. Por vezes, a similaridade configuracional ressalta à observação atenta do traçado dos perfis, casos há porém em que se

torna necessário calcular um indicador que informe sobre o grau de configuracionalidade. Por outras palavras procura-se uma tradução numérica do grau de correspondência entre "picos" e "baixos" dos diversos perfis.

14. Coeficiente de Similaridade Configuracional relativos aos Testadores/Assistentes de Múrcia.

Retomando as informações contidas no Quadro 1, calcula-se um instrumento que permita comparar, entre si, os perfis obtidos – perfis que representam os comportamentos dos "sujeitos históricos". Utiliza-se o Coeficiente de Similaridade Configuracional (ES_1) de Serafini.

$$ES_1 = 1 - \frac{Ei \mid di \mid}{\max (Ei \mid di \mid)}$$

Em que di = diferença entre dois valores de posição (ordem) de pontuação bruta de dois perfis:

$$\max (Ei \mid di \mid) = \begin{cases} \frac{p^2}{2} & \text{se o número de dimensões (p) é par:} \\ \frac{p^2}{2} - 0.5 & \text{se o número de dimensões é impar.} \end{cases}$$

Coeficiente de Similiaridade Configuracional

CiM – HuM	1 - 6/18	= 0.67
CiM – CaM		= 0.56
CiM – CiF		= 0.78
CiM – HuF		= 0.67
CiM – CaF		= 0.78
HuM – CaM		= 0.44
HuM – CiF		= 0.78
HuM – HuF		= 0.67
HuM – CaF		= 0.44
CaM – CiF		= 0.56
CaM – HuF		= 0.67
CaM – CaF		= 0.67
CiF – HuF		= 0.89
CiF – CaF		= 0.56
HuF – CaF		= 0.67

Como se acentuou, não estão agora em análise as distâncias entre os perfis mas sim o grau de configuração, independentemente do grau de realização. Comparando os coeficientes obtidos, verifica-se que não há dois perfis com inteira coincidência entre "picos" e "baixos"; há no entanto uma similaridade relativamente alta (0.70-0.89) entre três pares de perfis, com destaque para a dupla CiF/HuF. Pode falar-se de uma similaridade moderada entre os restantes agrupamentos (0.40-0.69).

Há portanto uma relativa homogeneidade de comportamentos por parte dos grupos sociais aqui abordados, o que traduz não apenas uma idêntica sensibilidade dos sujeitos, aos factores que condicionam o fenómeno, como ainda a existência de significativos factores comuns. Poder-se-ia dizer que o que mais distingue o comportamento dos sujeitos são os diferentes níveis de realização.

15. Coeficientes de Similaridade Configuracional para os Testadores/Assinantes de Lorca.

Tomando os dados fornecidos pelo Quadro 2, calcularam-se os coeficientes de similaridade, tendo-se obtido os seguintes resultados:

CiM – HuM = 0.56
CiM – CaM = 0.44
CiM – CiF = 0.67
CiM – CaF = 0.39
HuM – CaM = 0.22
HuM – CiF = 0.33
HuM – CaF = 0.39
CaM – CiF = 0.56
CaM – CaF = 0.50
CiF – CaF = 0.61

Constata-se a existência de uma similaridade configuracional moderada (0.40-0.69), entre seis dos dez pares de perfis em análise. Daí uma maior irregularidade que em Múrcia. Não deixa de ser significativo que nos dois coeficientes mais elevados se mantém constante, ou o contexto, ou o sexo (CiM/CiF = 0.67; CiF/CaF = 0.61). A irregularidade que se observa para Lorca deve-se sobretudo ao papel insignificante da "huerta", enquanto contexto sócio-espacial de alfabetização.

No que se refere ao estudo da alfabetização, haverá especificidades históricas cuja tradução escapa ao estudo comparado de áreas urbano-rurais, com dimensão territorial distinta (oposta)? Ou a "huerta", sendo como é uma marca específica de certos processos históricos, funciona como factor de perturbação na invariância estrutural da combinatória sexo/grau de urbanidade?

N.B. — A tabela de interpretação utilizada é a proposta por Óscar Serafini.

0.90 a 1.00	–	similaridade configuracional praticante perfeita;
0.70 a 0.89 pontos	–	alta similaridade configuracional – coincidências nos altos ebaixos;
0.40 a 0.69	–	similaridade moderna – idêntica quantidade de coincidências e de discrepâncias;
0.20 a 0.39	–	baixa similaridade – maior número de discrepâncias que de coincidências;
0.00 a 0.19	–	similaridade configuracional praticamente nula.

16. O traçado dos perfis, (Anexo 1) cujas marcas de configuracionalidade ficaram comprovadas pelos cálculos anteriores, esteve subjacente a todas as análises agora elaboradas. Retomando-o, pode esboçar-se uma reflexão sobre o significado das marcas de configuracionalidade, quando vistas na longa duração. Procura-se deste modo uma aproximação à periodização do fenómeno.

a) Uma primeira conclusão é que a viragem do século (1800) traduz uma inversão de sentido no desenvolvimento comportamental dos grupos sociais observados em Múrcia, tal como se infere da alteração do traçado dos respectivos perfis. A referida inversão que se opera em sentido positivo, tende a acentuar-se nas duas décadas seguintes, prolongando-se de forma mais atenuada até meados do Século XIX.

b) Sendo, como é, uma alteração cuja tendência se define na média/longa duração, insere-se, com muita probabilidade, num conjunto de transformações estruturais que importa conhecer e avaliar – os fenómenos educacionais revestem-se de muito pouco significado quando submetidos a uma observação que os desintegre do contexto histórico.

c) Em Lorca todavia, a inversão do sentido que se comprova no traçado dos perfis, inicia-se no último quartel do Século XVIII e prolonga-se até cerca de 1820, com excepção para os homens do campo.

d) Não deixa de constatar-se que o níveis de realização dos sujeitos alfabetizados, muito embora com irregularidades, não se elevam significativamente no decurso do período em análise, esboçando-se mesmo uma quebra generalizada na fase terminal. Ora dados o aumento da população e a melhoria, pelo menos em tese, das capacidades de alfabetização, seria de esperar um evolução crescente dos percentuais de alfabetizados. Ou tornar-se-á também necessário avaliar da representatividade dos testadores, para a compreensão global do fenómeno da alfabetização, num período de acentuada mutação cultural?

O traçado dos perfis é um recurso metodológico que permite estudos comparativos e uma aproximação às complexas questões da periodização. No

caso vertente, é possível uma reabertura do debate a partir da periodização proposta pelo texto dos autores.

17. Em resumo, o presente apontamento é formado por duas partes: uma de cunho metodológico, outra de cunho metodológico/substantivo; partes essas, constituídas por vários elementos de intercepção. Os pretextos para esta leitura são três:

a) Apresentar dois estudos sobre a História da Alfabetização em Múrcia e Lorca, entre meados so Século XVIII e meados do Século XIX;
b) Reabrir a problemática da História da Alfabetização em Portugal, tendo como base principal de informação o Censo de 1890;
c) Aplicar uma metodologia que se adapta à complexidade histórica do fenómeno da alfabetização e tem como suporte uma instrumentalização analítica quanto-qualitativa, proposta por Óscar Serafini, já testada para outros domínios do conhecimento em Ciências Humanas e Sociais, nomeadamente em Ciências da Educação.

O ensaio foi conduzido a partir de informações já organizadas cujas conclusões saíram reforçadas e com uma maior operacionalização em termos de conversão estrutural. De igual modo saem favorecidos os estudos comparativos. A versatilidade desta instrumentalização, torna-a útil para estudos contextualizados e diferenciados geográfica e historicamente, estudos esses, necessários em determinadas fases de conhecimento do fenómeno da alfabetização. A utilização desta instrumentalização analítica quanto-qualitativa sai favorecida quando a recolha e o tratamento dos dados se desenvolvam em conformidade com a concepção metodológica global.

Caracterizados os contextos, definida a finalidade e medido o comportamento dos "sujeitos", o instrumento agora aplicado, faculta estudos comparativos; é uma via de inserção criteriosa do estudo do fenómeno da alfabetização na história total; instrumentaliza os ensaios de periodização.

NOTAS

[1] Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, vol. I.

[2] NÓVOA, António (1988), A REPÚBLICA E A ESCOLA DAS INTENÇÕES GENEROSAS AO DESENGANO DAS REALIDADES. *Revista Portuguesa de Educação*, 1988, 1 (3), 37, CEEDC - Universidade do Minho.

[3] NÓVOA, António, ob. cit., 38.

[4] Ver REIS, Jaime (1988), O ANALFABETISMO EM PORTUGAL NO SÉCULO XIX: ALGUMAS REFLEXÕES EM PERSPECTIVA COMPARADA, *1.º Encontro de História da Educação em Portugal, Comunicações*, 75-79, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação.

[5] COELHO, Adolfo (1916), *Cultura e Analfabetismo*, Porto, Renascença Portuguesa, 44.

[6] A dimensão antropológica da alfabetização é uma das questões mais profundas no estudo da alfabetização, como salienta Viñao Frago. No que respeita às implicações que envolve a interiorização da escrita como tecnologia da palavra, são clássicos os estudos de J. Goody, W. J. Ong, S. Scribner e M. Cole, sem que se possam esquecer as "clarividências" de M. McLuhan.

[7] Esta acepção comprova-se em duas vertentes complementares. Uma respeita à reprodutividade de fenómenos culturais como o da "relutância à leitura" (COSTA, Rui Barbot (1974), Para o Estudo do Analfabetismo e da Relutância à Leitura em Portugal, Porto, Brasília Editora, 155 e ss.). Uma segunda vertente elucida-se a partir de estudos sobre a formação e desenvolvimento da rede escolar (MAGALHÃES, Justino (1990), ALFABETIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO REGIME LIBERAL – FREQUÊNCIAS DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BRACARENSE EM 1836, *Revista Portuguesa de Educação*, 1990, 3 (1-2), 117-132, 119-133.

[8] RAMOS, Rui (1988), CULTURAS DA ALFABETIZAÇÃO E CULTURAS DO ANALFABETISMO EM PORTUGAL: UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO, Análise Social, 3.ª Série, vol. XXIV, 1988, 4.º e 5.º, 1070.

[9] Cálculos efectuados com base no *Censo de 1890* – Ministério das Obras Públicas (1890), *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, vol. I.

[10] RAMOS, Rui, ob. cit., 1073.

[11] MATTOSO, José (1985), *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal*, 1096-1325, Volume I – *Oposição*, Lisboa, Editorial Estampa, 39.

Sobre o mesmo assunto: CINTRA, Luís F. Lindley (1983), *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 177 e ss.

[12] MATTOSO, José, ob. cit., 13.

Sobre o mesmo assunto: RIBEIRO, Orlando (1965), A PROPÓSITO DE ÁREAS LEXICAIS NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS (ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DO SEU CONDICIONAMENTO), CINTRA, Luís F. Lindley, ob. cit., 164-199.

[13] Sobre a relação entre propriedade, em sentido global, e alfabetização, MAGALHÃES, Justino, ob. cit., 122.

[14] Sobre a questão da mulher leitora são vários os testemunhos históricos, nomeadamente da abordagem da temática em *Actas das Conferências Pedagógicas de Professores*, reunidos por Círculos Pedagógicos.

[15] RAMOS, Rui, ob. cit., 1067-1145.

[16] VIÑAO FRAGO, António (1988), EL PROCESO DE ALFABETIZACIÓN EN EL MUNICIPIO DE MURCIA (1760-1860), *Alfabetización y Educación de Adultos en Murcia*.

Pasado, Presente y Futuro, Murcia Universidad, Secretariado de Publicaciones. 17-37.

MORENO MARTÍNEZ, Pedro Luis (1988), EL PROCESO DE ALFABETIZACIÓN EN ESPACIOS SOCIOLOGICAMENTE DIFERENCIADOS, EN LORCA (1760-1860). *Alfabetizacióny Educación de Adultos en Murcia, Pasado, Presente y Futuro*, Universidad. Secretariado de Publicaciones, 39-92.

[17] VIÑAO FRAGO, v., ob. cit., 25.

[18] SERAFINI TRULLS, Óscar; LAFUENTE, Carlos; RIVELLI, Diomedes (1989), *La Universidad Paraguaya y sus Egresados, Un Estudo de Seguimiento*, Assunción – Paraguay, Universidad Católica, CIDSEP (Centro Interdisciplinario de Derecho Social y Economia Política), 59-79.

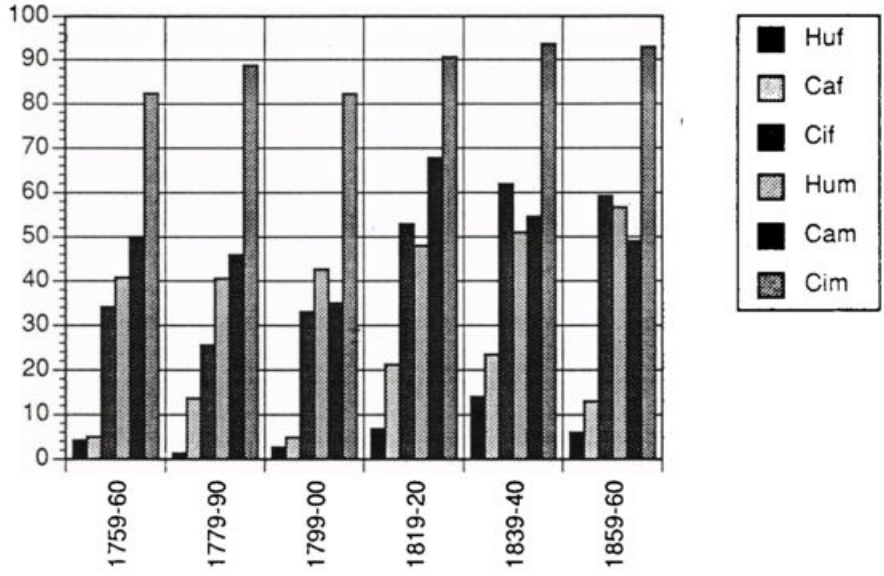
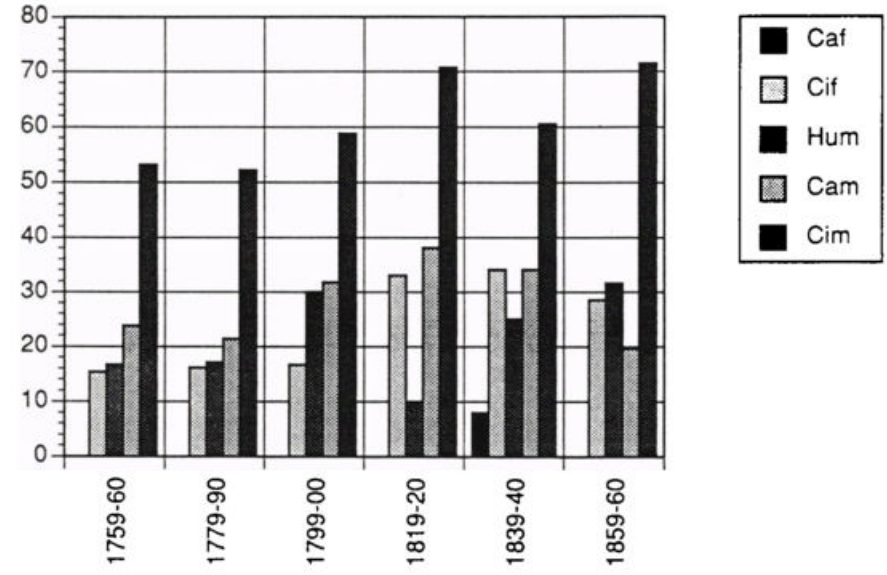
[19] VIÑAO FRAGO, v. ob. cit., 30-31.

[20] Idem, 36

[21] MORENO MARTINEZ, Pedro Luis, ob. cit. 55.

ANEXO 1

Perfis dos testadores/Assinantes de Múrcia



Perfis dos Testadores/Assinantes de Lorca